

A Sociedade Culto à Ciência de Campinas e o projeto republicano de educação: uma leitura a partir dos Estatutos, Regulamentos e Programas de ensino da instituição escolar (1869 - 1896).

Carmen Sylvia Vidigal Moraes - USP

Eixo Temático: 7. Arquivos, Centros de Documentação, Museus e Educação

Objetivo: Baseado nos resultados de pesquisa realizado pela autora, o trabalho propõe analisar nos dois momentos da vida institucional, por meio de fontes primárias produzidas ou acumuladas na escola - estatutos, regulamentos e programas de ensino - e da imprensa local, as práticas pedagógicas em curso: a seleção dos quadros docentes, as preferências esboçadas na escolha do tipo de ensino, na organização dos currículos, na formalização dos programas e métodos educativos.

Objeto de Estudo: O Colégio Culto à Ciência de Campinas

Cronologia: 1869 – 1896

Referencial Teórico: Abordagem sócio-histórica.

Fontes primárias existentes no arquivo da escola e imprensa local (o jornal A Gazeta de Campinas).

I

De acordo com o ideário liberal maçônico e republicano, só através da educação era possível transformar o indivíduo em cidadão produtivo e consciente de seus direitos e deveres cívicos, capaz – portanto – de exercer a liberdade propiciada pela cidadania. A luta contra o analfabetismo e pela difusão da instrução ao povo obedecia a objetivos políticos precisos: o alargamento das bases de participação política no país, a conformação da cidadania, indispensáveis a legitimação do Estado Republicano. A grande campanha pela instrução do povo foi deflagrada na Província de São Paulo pela maçonaria republicana e, posteriormente, pelos clubes republicanos. As Lojas Maçônicas foram as primeiras a criar, na Província, escolas ou aulas noturnas para alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos.

As iniciativas educacionais desses setores dominantes identificados com a maçonaria Republicana não se esgotam na organização da chamada *instrução popular*, no ensino profissional de trabalhadores nacionais livres e escravos, e, mais tarde, de imigrantes que, a partir dos anos 1.890, irão compor majoritariamente o mercado de força livre de trabalho, em constituição na Província. Os esforços desses homens também estarão reunidos para promover a educação das *elites* diretoras e dirigentes do Estado Republicano: a organização de novas modalidades de ensino secundário (o ginásio).

No entanto, a esses setores não bastou referendar apoio e proteção aos colégios particulares. Associaram-se para criar o seu próprio colégio e o fizeram sem visar fins

lucrativos. Uma das peculiaridades de tal iniciativa, que lhe conferia caráter pioneiro, consistia no fato de a sociedade “Culto à Ciência” apresentar-se como associação benemerita, isto é, como empresa que, voltada para a tarefa exclusiva de servir à instrução pública, não reservava para si nenhuma vantagem pecuniária. Outra característica fundamental do Culto a Ciência é a de ser uma escola inteiramente leiga, de não aceitar a intromissão de assuntos religiosos em questão de ensino, o qual deveria ser ministrado, conforme os Estatutos, “sob o ponto de vista leigo, positivo e científico”. Para garantir a realização de tais propósitos, a diretoria da Sociedade “Culto à Ciência”, composta apenas por maçons, determinou que os diretores e professores do colégio fossem também maçons professos. E, nesse caso, ser maçom significava ainda ser republicano convicto.

Imbuída do espírito secularista, a Maçonaria republicana professa a ideologia liberal impregnada por uma heterodoxia científica (o darwinismo, o spencerismo, o materialismo), onde se misturam enxertos de uma visão positivista e historicista do mundo. Proclamando a autonomia da razão contra a autoridade religiosa, a autonomia do indivíduo frente ao Estado e, por extensão, a escola livre ao Estado livre, a Loja Independência de Campinas – através de suas figuras centrais – reafirma sua crença no poder da educação e da iniciativa particular, criando o primeiro estabelecimento inteiramente leigo da cidade¹.

É possível afirmar que o Colégio “Culto à Ciência” surge, principalmente, para reforçar a posição liberal expressa na defesa da liberdade de ação dos particulares, como parte de um projeto política mais amplo de reformulação na ordem vigente e construção de um novo Estado, onde o referido grupo alcançasse suas aspirações de mando.

A análise da composição dos membros da Diretoria da Sociedade “Culto à Ciência” mostra que os fundadores do colégio além de assumirem a direção da Maçonaria, criando ao tempo jornais para difusão do debate político (“Gazeta de Campinas” e “A província de São Paulo”) e, mais tarde, o Partido Republicano, sua feição local, o Clube Republicano de Campinas, foram também os organizadores do Clube da Lavoura (dos seus 45 elementos, 23 pertenciam à sociedade “Culto à Ciência”)².

¹ A ata de 14 de março de 1884, da Loja Independência, ao tratar do falecimento de Antônio Pompeo de Camargo, registra seu voto de pesar pela morte do “idealizador do primeiro estabelecimento de Ensino de Campinas”, isto é, o primeiro, de fato, no Império, criado por particulares sem fins lucrativos e inteiramente leigo.

² No momento da organização do Clube dos Lavradores, os republicanos compõem com os conservadores. O Barão de Atibaia, aclamado presidente do Clube, é um dos líderes do Partido Conservador em Campinas. A esse respeito é preciso notar que no jogo político econômico será a aliança entre a vanguarda dos fazendeiros da região de Campinas, o setor imigrantista e republicano, e a ala do Partido Conservador, representa por Antônio Prado (líder do setor imigrantista da lavoura mais nova do Oeste Paulista), que tornará possível o

É interessante observar que se, entre os fazendeiros, muitos eram bacharéis conciliando suas atividades agrícolas com as de advogado, jornalista e professor, mesmo aqueles que, por origem, não pertenciam ao setor agrário, a ele vieram se lidar numa proximidade que a Faculdade de Direito fortaleceu e desenvolveu através do “convívio dos moços”; que estes elementos de Campinas, já no tempo de academia (na qual muitos foram, inclusive, contemporâneos), unidos por idéias comuns, por aspirações liberais, as quais recebiam os ares renovadores de uma Europa conturbada pelas convulsões e mudanças sociais, ali iniciaram a sua militância antimonárquica, definindo-se pela República.

A comissão encarregada de elaborar os Estatutos da Sociedade “Culto à Ciência” foi composta por Jorge Miranda, Manuel Ferraz de Campos Salles e Candido Ferreira da Silva Camargo, que pertenciam à Comissão de Justiça da Loja Independência de Campinas (Costa, s/d).

Os membros da primeira diretoria provincial foram todos escolhidos no seio da Loja Maçônica: Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba – presidente; Joaquim de Souza Aranha, Joaquim Quirino dos Santos, Jorge Guilherme Henrique Krug e Antônio Pompeo de Camargo.

Em abril de 1873 é lançada a pedra fundamental do colégio. Na ocasião foi eleita a nova diretoria da Sociedade, composta por Joaquim Bonifácio do Amaral, Antonio Pompeo de Camargo, Guilherme Krug (construtor do prédio), Joaquim José Vieira de Carvalho, Américo Brasiliense de Almeida Mello. A composição da diretoria foi modificada várias vezes. Em 1876 farão parte dela Luiz Antônio Pontes Barbosa e Bento Quirino dos Santos. Entre aqueles que participaram da diretoria estão, entre outros, Carlos Egídio de Souza Aranha, Francisco Gycério, Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra, Manuel Ferraz de Campos Salles, Francisco Alves de Almeida Salles.

Os primeiros diretores do colégio foram os mancos Daniel H. Uhlman e Boeschestein (que dirigia um colégio em Araraquara). Também assumindo assumiram a direção da escola o Sr. Francisco Xavier Moretzsohn (1874), o Prof. Melquíades da Boa Morte Trigueiro (1878), Alfredo Campos da paz (1880), Isidoro Pinho (1881), Joaquim Toledo(1882), José Nápoles de Menezes (1882), Amador Bueno machado Florense (1884), Jorge Miranda (1886) e Hipólito Pujol (1888).

Fizeram parte do quadro docente, entre outros, Amador Buenos Florense, Henrique de Barcellos, Antônio Martins Teixeira, João Bentley, João Alberto Salles, João Vieira de Almeida, João Kopke, Hipólito e Alfredo Pujol, Diogo Pupo, Rocha Fragoso.

O desaparecimento do Colégio como entidade particular ocorre após a proclamação da República, em 1892, no justo momento em que as frações oligárquicas em luta com os setores militares conseguem sair vitoriosos e alcançam a hegemonia política nacional. Em 1896, uma vez assegurado o poder do Estado ao setor dirigente realizador do Culto à Ciência, o estabelecimento passa a funcionar como Ginásio Estadual.

II

Baseado nos resultados de pesquisa realizado pela autora (Moraes, 2006), o trabalho propõe analisar nos dois momentos da vida institucional, por meio de fontes primárias produzidas ou acumuladas na escola - estatutos, regulamentos e programas de ensino - e da imprensa local, as práticas pedagógicas em curso: a seleção dos quadros docentes, as preferências esboçadas na escolha do tipo de ensino, na organização dos currículos, na formalização dos programas e métodos educativos.

Com relação à organização administrativa e pedagógica do Colégio, é necessário considerar que, no quadro de hierarquias traçados pelos Estatutos, a diretoria da sociedade detém o poder decisório e o diretor da escola, deveriam ser submetidas aos critérios de avaliação da sociedade diretora. Quanto aos professores, tudo indica que não participavam nem da elaboração do programa de ensino de sua própria matéria, que era um encargo pessoal do diretor. A eles cabia apenas seguir as orientações “a priori” determinadas.

Conforme fazem supor os Estatutos (1874), era objetivo da sociedade “Culto à Ciência”, ao criar o colégio, organizar os estudos secundários de forma a compreenderem somente as matérias exigidas, pelo governo do império, nos exames preparatórios das faculdades do país. O “Culto à Ciência” não constituiu exceção, aderindo ao sistema parcelado e limitado se programa de estudos às disciplinas preparatórias.

Embora seu plano de estudos afirmasse o objetivo de “velar pela educação física, moral e intelectual dos seus alunos, habilitando-os em todas as matérias exigidas para as matrículas nas academias do Brasil e para o comércio e a indústria”, a relação das matérias que compõem o curso secundário indica o caráter predominantemente humanístico e literário do programa de ensino em vigor no “Culto à Ciência”. Os estudos dividiam-se em dois cursos: primário e secundário. O curso primário compreendia: leitura, gramática

portuguesa, caligrafia, exercícios ortográficos, doutrina cristã, aritmética elementar, sistema métrico, noções gerais de geografia e história pátria. O curso secundário garantia o “ensino consciencioso e aperfeiçoado das seguintes matérias: francês, inglês, alemão, latim, aritmética, álgebra, geometria, geografia e cosmografia, cronologia e história, filosofia e retórica e ginástica”. Com a autorização dos pais, os alunos podiam estudar música instrumental e desenho, “pagando-se porém estas matérias à parte”. Em 1883, o plano de estudos é ampliado e o curso primário dividido em dois níveis, com a introdução de estudos de francês, desenho linear, topográfico e geográfico, além de educação cívica e história sagrada.

Infelizmente, são precárias as informações obtidas sobre a montagem dos cursos e, apesar de, na Monografia História do “Culto à Ciência”, o Prof. Carlos F. de Paula afirma que o Prof. João Kopke lecionou história natural, providenciando a montagem, no colégio, de um laboratório de física importado dos EUA, não se encontrou nenhum documento que confirmasse tal dado e os currículos localizados não mencionam a introdução desta disciplina no plano de estudos do colégio.

Portanto, apesar dos responsáveis pela criação e manutenção do colégio serem republicanos, defensores dos princípios liberais científicistas, proporem um ensino administrado nos moldes positivo e científico, com a introdução de matérias “científicas” como a química, física e a biologia ao lado das aulas de “humanidade”, e apoiarem financeiramente e pela imprensa as realizações deste tipo, como é caso do Colégio “Internacional”, parece que não avançaram - em seu próprio colégio - a concretização prática destas propostas, pelo menos nos tempos do Império.

Por outro lado, é possível supor uma certa renovação dos métodos de ensino das línguas e, principalmente, no estudo da geografia, da história e da filosofia, na medida em que, compondo o quadro docente do colégio, encontramos pessoas como Júlio Ribeiro, depois substituído por João Alberto Salles nas cadeiras de geometria e filosofia, aritmética e álgebra; Henrique de Barcellos, professor de português e francês, e João Kopke ensinando história, geografia e inglês.

Assim como Sylvio Romero, professor de filosofia do Pedro II a partir de 1880, influi decisivamente na renovação da concepção de ensino, introduzindo, naquela escola, as idéias científicistas do século, também homens como João Kopke, Júlio Ribeiro e Alberto Salles, de convicção positivista heterodoxa, não poderiam deixar de imprimir uma nova atitude intelectual em suas atividades educativas.

A seleção rigorosa do corpo docente, obedecendo a critérios políticos e ideológicos, foi a maneira eficaz da Sociedade “Culto à Ciência” garantir o caráter “positivo e científico” da educação de sua clientela escolar. Embora o seu programa de ensino não se desenvolvesse em um número determinado de anos de estudos ordenados, como era o caso do Pedro II, com um curso secundário organizado em sete anos de estudos seriados, simultâneos e regulares, no “Culto à Ciência” não se admitia a frequência livre, isto é, alunos avulsos que se matriculavam na matéria ou matérias que quisessem, na ordem que desejassem. Os alunos, obrigados a realizar estudos regulares, de frequência obrigatória, só poderiam se expor aos exames preparatórios da Faculdade caso fossem considerados aptos pelos professores das respectivas matérias que frequentavam, isto é, depois de aprovados nas provas realizadas no colégio.

Com a República, em 1889, uma nova fase se divisava ao grupo fundador do “Culto à Ciência”. Nos anos que se sucedem imediatamente à Proclamação da República, a burguesia agrária paulista enfrentará um período crítico de luta pelo poder, esforçando-se por contornar as divergências internas que se expressam nas dissidências partidárias e por superar as oposições localizadas principalmente no setor militar.

A atividade dos principais responsáveis pelo funcionamento do colégio estará concentrada no impasse político. Francisco Glycério, o único dos “chefes” republicanos, ainda exercendo função administrativa na associação “Culto à Ciência”, será encarregado pelos paulistas de organizar as bases do Partido Republicano a nível nacional. Será o presidente do Partido Republicano a nível federal.

Antes do precipitar dos fatos, a sociedade “Culto à Ciência” sentiu o impacto renovador que a República prometia. Em dezembro de 1888, toma posse do cargo o novo diretor do colégio, o Sr. Hipólito Pujol. No entanto, o surto de febre amarela que flagela a cidade de Campinas obriga a escola a interromper as aulas para reabri-las apenas em junho de 1890. Segundo o relatório do diretor, em 1891, estavam matriculados 116 estudantes, dos quais 22 gratuitos e 7 internos.

Nessas circunstâncias, só em 1890 modifica-se o regimento interno e formula-se um novo plano “de educação moral, física e intelectual” para serem postos em vigor no colégio. Na introdução do plano de estudos, que antecede a exposição de motivos, torna-se patente o objetivo de fazer do “Culto à Ciência” uma escola modelo para as futuras reformas republicanas no âmbito da instrução estadual e federal:

“No meio do trabalho de reorganização do nosso país e entre os meios de o elevar à conquista do seu lugar entre as primeiras nações do mundo, há um sobre que andam de acordo todos aqueles que se ocupam com as grandes questões sociais, isto é, a reforma da Educação. (...) Vamos pôr o ensino primário e secundário em harmonia com as exigências da sociedade moderna, provocando o Governo e a opinião pública a interessar-se real e seriamente para todas as questões que se referem ao nosso caduco sistema de educação. (...) Tentativas sucessivas de reforma incessantemente emendadas e logo abandonadas, nada conseguiram senão provocar uma longa crise cuja solução, ainda esperada, fica incerta e inquietadora, quando fora tão fácil (adotando nessa questão o método experimental) a criação de um Colégio modelo onde se observassem os resultados ulteriores, o valor de uma reforma sensata” (Pujol, 1890).

Abandonando o sistema fragmentário dos estudos preparatórios, o plano de ensino propõe que, no colégio, os estudos sejam organizados de forma a compreender três séries ou cursos diferentes que deverão manter entre si relações de continuidade. Entretanto, “o aluno que tiver concluído qualquer dos três cursos que constituem o Curso Integral, receberá um diploma”.

O curso primário ou 1ª série de ensino compreende dois graus, com duração de dois anos; o curso intermediário ou secundário especial, a 2ª série do ensino, com durabilidade de quatro anos, destina-se a fornecer “conhecimentos úteis e práticos para aqueles que se destinam ao comércio, agricultura e indústria ou às carreiras liberais”; o curso secundário clássico ou 3ª série de ensino, de quatro anos, para aqueles que se destinam às carreiras liberais, para a obtenção dos graus nas ciências e letras.

A organização curricular do curso secundário reflete o tradicional conflito a respeito do peso a ser conferido às disciplinas concernentes ao humanismo clássico e àquelas relativas ao ensino científico, mais moderno. Nota-se, entretanto, que Pujol cede grande espaço às disciplinas “científicas” procurando adaptá-las às características locais, às necessidades ditadas pela imprescindível modernização da economia. O curso secundário especial tem por objetivo iniciar os alunos em uma formação especializada no comércio, na indústria e, com ênfase especial, na agricultura, que teria continuidade no Instituto Agrônomo de Campinas.

A esse respeito, é importante sublinhar que entre os principais objetivos do Clube da Lavoura consta a “instrução agrícola” que viria solucionar algumas das causas apontadas como impeditivas de maior produtividade: a “falta de pessoal idôneo para a

administração e o trabalho agrícola”, a “rotina da cultura” e a insuficiência dos “meios de produção”, responsáveis pelo empobrecimento do solo³.

Era preciso educar a mão-de-obra destinada à lavoura:

“... A escola, livre dos vícios que aviltam o trabalho agrícola, a vida rural, é indispensável para receber e preparar os trabalhadores do futuro, futuro que será amanhã presente, pois não é mais possível adiar o advento da regeneração do trabalho”(Gazeta de Campinas, 05/03/1884).

Para esses republicanos, o governo esquivava-se de uma iniciativa séria sobre o ensino agrícola e, portanto, era necessário que mais uma vez “a energia dos paulistas” viesse dar-lhe um impulso, “como tem dado a outros melhoramentos que têm feito de S. Paulo a Província mais notável do Brasil”.

Fundamentalmente, era esta a proposta de organização dos estudos agrícolas:

“... Os estudos agrícolas podem ser feitos de duas maneiras ... Praticamente por meio de fazendas modelo, servindo de exemplo e estabelecendo as boas normas de cultura. Teórica e praticamente por meio de escolas de agricultura adjuntas a esses estabelecimentos. As fazendas modelos, formando agricultores, podem também ser ótimas especulações agrícolas quando dirigidas por um pessoal capaz e inteligente. As escolas porém são sempre instituições dispendiosas; porque para difundirem a instrução, como é conveniente, devem ser gratuitas ou apropriadas aos haveres da classe, que se pode dedicar a certos estudos, a qual de ordinário não é a mais rica. Daqui resulta que, para elas, em geral, são precisos sacrifícios pecuniários mais avultados, que só o patriotismo, a instrução e o perfeito conhecimento do fim elevado e útil de tais instituições podem sustentar, mormente por períodos às vezes longos. Não os julgamos impossíveis em S. Paulo, onde os lavradores compreendem melhor os seus interesses do que no resto do Brasil” (Gazeta de Campinas, 28/06/1874).

Em 1883, Rangel Pestana, então deputado eleito pelo partido republicano, apresenta um projeto em que propõe a criação de escolas agrícolas. Pretendendo “conciliar o grau médio com o ensino verdadeiramente prático de agricultura”, solicita ao governo da Província a verba de 4.000.000\$000 para sua criação no bairro do Ipiranga. O projeto não foi aprovado, mas os fazendeiros conseguem que o Ministério da Agricultura conceda, em 1887, o crédito de 15:000\$000 para a compra do terreno e a construção da Estação Agronômica de Campinas. Assim é que, em 1890, ao

³ Segundo os organizadores do Clube da Lavoura, as causas que impediam o aumento da produtividade agrícola eram, além daqueles já mencionados, a “falta de vias de comunicação”, “a falta de crédito” e a “falta de braços” (Gazeta de Campinas, 28/06/1874).

entrar em vigor o novo plano de estudos, o Colégio Culto à Ciência coloca em funcionamento um curso de agricultura de grau médio. O curso superior de agricultura seria realizado na Estação Agronômica, sob a direção de Francisco Dafert e seu auxiliar Gervásio Pires Ferreira (Gazeta de Campinas, 17/03/1883, 25/06/1887, 02/10/1887).

O programa de estudos de H. Pujol, ao propor a diversificação dos estudos secundários com a introdução de um nível intermediário, de caráter profissionalizante, comum a todos, exprime no plano pedagógico e social a sua tendência democratizadora.

Por outro lado, o ensino secundário clássico em continuidade aos estudos intermediários, de cujo programa se eliminam as disciplinas técnicas e se privilegia o ensino das ciências “puras” e das “humanidades”, reafirma a concepção aristocrática e seletiva do conteúdo e da difusão da cultura. Esse ramo de ensino continua elitizado, mera etapa intermediária aos cursos superiores.

Hipólito Pujol dirá claramente: “O ensino primário é necessário a todos. O ensino intermediário, ou secundário especial, é necessário a um maior número. O curso secundário clássico, não convém senão a certa classe da sociedade”. Trata-se, na verdade, de conciliar os ideais democráticos da propaganda republicana e as exigências de uma sociedade fortemente hierarquizada.

Curta foi, porém, a vigência desse programa no Colégio “Culto à Ciência”. Apenas dois anos, tempo insuficiente para que fosse implantado integralmente. A escola vai fechar suas portas em 1892. As alegações dos diretores da sociedade “Culto à Ciência” sobre o seu desaparecimento referem-se às dificuldades econômicas, à falência da sociedade. O desaparecimento do colégio com entidade particular ocorre no justo momento em que as frações oligárquicas em luta com os setores militares conseguem sair-se vitoriosas e alcançam a hegemonia política nacional. O estabelecimento só volta a funcionar em 1896, agora como escola oficial, ou seja, como Ginásio Estadual.

Referências Bibliográficas

COSTA, José Carlos Semedo (s/d). “O Clima Ideológico sob o qual nasceu o Colégio ‘Culto à Ciência’”. Campinas: PUC, mimeo..

ESTATUTOS da Sociedade Culto à Ciência, 1874.

MORAES, Carmen S. Vidigal (2006).. O Ideário Republicano e a Educação. Uma contribuição à história das instituições. Campinas: Mercado de Letras e FAPESP.

PAULA, Carlos F. de (1946). Monografia Histórica do Culto à Ciência: Colégio, ginásio e colégio estadual. Campinas.

PUJOL, Hipólito G. (1890). Notas - Devendo servir para a reforma do ensino no Colégio "Culto à Ciência" de Campinas. Campinas: Tip. a vapor Livro Azul - A.B. de Castro Cia.